
A METÁFORA NA TEORIA LACANIANA: O ESTÁDIO DO ESPELHO

HELENA AMSTALDEN IMANISHI
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

RESUMO

O presente artigo busca discutir o papel e o aparecimento da metáfora na construção da obra de Lacan, através da análise de uma metáfora específica de sua teoria e fundamental na sua construção e sustentação: a “metáfora do espelho”. É em torno desta analogia que Lacan articula suas hipóteses sobre a constituição do Eu (Je) e aponta para o fundamental papel do Outro neste processo. A análise sugere que a metáfora na obra de Lacan não possui apenas funções estéticas e retóricas, como também cognitivas.

Palavras-chave: Metáfora; Lacan; estágio do espelho.

ABSTRACT

THE METAPHOR IN LACAN'S THEORY: THE MIRROR STAGE

This article aims to discuss the role and the expression of metaphor in the construction of Lacan's work, through the analysis of a specific metaphor from his theory and fundamental on its construction and support: the “metaphor of the mirror”. It's around this analogy that Lacan articulates his hypothesis about the constitution of the I (Je) and points out to the fundamental role of the Other in this process. The analysis suggests the metaphor in Lacan's work doesn't have just aesthetical and rhetorical functions, but also cognitive.

Key words: Metaphor; Lacan; mirror stage.

METÁFORAS: DEFINIÇÕES E FUNÇÕES POSSÍVEIS

Na Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa (Nicole e Infante, 1991, p. 441-442), encontra-se o seguinte trecho:

A metáfora foi assim definida por Aristóteles: “consiste em transportar para uma coisa o nome da outra ... uma espécie de comparação à qual falta a locução comparativa”. Na realidade, a metáfora vai além da mera comparação; como afirma Mattoso Câmara, “é a transferência de um termo para um âmbito de significação que não é o seu”. Não há, aparentemente, uma relação real entre as duas palavras, isto é, “não se fundamenta numa relação objetiva, mas sim, numa relação toda subjetiva.

Esta definição, retirada de livro didático escolar, é geralmente a primeira aproximação formal que os adolescentes têm com o tema. Essencialmente associada à poesia (a observar pelos exemplos oferecidos), a metáfora encontra-se classificada como um tipo específico das figuras de linguagem. Na mesma gramática, Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa (Nicole e Infante, 1991, p. 441), encontramos a seguinte classificação:

A figura de palavra consiste na substituição de uma palavra por outra, isto é, no emprego figurado, simbólico, de uma palavra por outra quer por uma relação muito próxima (contigüidade), quer por uma associação, uma comparação, uma similaridade. Estes dois conceitos básicos – contigüidade e similaridade – permitem-nos reconhecer dois tipos de figuras de palavra: a metonímia e a metáfora.

Pouco a pouco, o interessado pelo tema descobre que a metáfora é assunto de discussão filosófica e permeia debates no campo das ciências.

A este respeito, Leary (1994) coloca que, desde Aristóteles, vários estudiosos se referiram à metáfora, porém sempre enfatizando o seu caráter retórico, qual seja, o de visar ao convencimento, à persuasão. Richards (1971) corrobora a afirmação acima, dizendo que na história da retórica, a utilização da metáfora foi entendida como uma graça, um ornamento, um poder adicional da linguagem.

Recentemente, vem sendo investigada a possibilidade de a metáfora ser pensada não apenas como uma forma especial da linguagem, mas fundamentalmente uma forma de pensar. É a metáfora como constitutiva da linguagem.

O avanço nas discussões, no entanto, não parou na relação entre metáfora e pensamento e, a este passo, outro foi acrescentado. Falamos dos estudos mencionados por Leary (1994) nos quais o pensamento metafórico, ao ser concebido em seu sentido mais amplo, auxiliou a constituir, e não meramente refletir, teoria e prática científicas. Assim, a metáfora deixa de ser pensada apenas em suas funções estética e retórica e passa a ser reconhecida em sua função cognitiva que, no âmbito das ciências, propicia o avanço do conhecimento científico. Veremos que estes postulados, no entanto, estão longe de serem aceitos unanimemente. Como aponta Carone (2004, p. 13), ao falar das grandes

questões que surgiram a respeito da metáfora, “*parece que dois mil anos de controvérsias sobre o ser da metáfora ainda não foram suficientes para desvelar todos os seus mistérios*”.

Leary (1990, p. 2) ainda desenvolve sua tese sobre a idéia de que “*todo conhecimento está, em última análise, enraizado em modos metafóricos (ou analógicos) de percepção e pensamento*.” Ele enfatiza a satisfação subjetiva do ser humano, quando este encontra similaridades em qualquer aspecto interessante de sua experiência, seja quando este aspecto o atinge pela primeira vez, seja de um novo jeito. Esta similaridade buscada e encontrada é explicitamente ou implicitamente metafórica em sua natureza e função. É próprio do ser humano procurar por analogia nas coisas, nas qualidades e eventos que deseja compreender.

A tese acima já se encontra em Richards (1971) e este é um dos pontos em que o autor critica Aristóteles e sua afirmação sobre o “olhar para semelhanças” ser uma dádiva que alguns homens têm e outros não. Diz Richards (1971, p. 89): “*Mas nós todos vivemos e falamos, apenas através do nosso olhar para semelhanças. Sem isto nós perderíamos cedo. Apesar de algumas pessoas poderem ter um olhar melhor do que outras, as diferenças entre elas são apenas em grau e podem ser remediadas*.”

Para um aprofundamento da tese formulada, Leary (1990) faz uma distinção entre a metáfora e as outras figuras de linguagem e de pensamento. As definições dadas pelo autor são semelhantes às encontradas nas gramáticas escolares (como apontado anteriormente) e se baseiam na concepção de Aristóteles da metáfora caracterizada como o processo de atribuir a alguma coisa um nome que pertence à outra. Assim, a Teoria Substitutiva de Aristóteles coloca que unidades semânticas (nomes e verbos) podem ser substituídas por termos não usuais, estranhos à linguagem corrente, visando a um efeito estético. Este deslocamento é a metáfora, a qual conteria um *termo substituído* – o *termo próprio* da linguagem corrente – e um *termo substituinte* – *termo impróprio*, “arrancado” de outro lugar para fazer a substituição.

Fica claro, na definição de Aristóteles sobre a metáfora, que sua função é apenas estética e decorativa, não comportando qualquer intenção informativa. Leary (1990) faz uma pequena modificação na definição de Aristóteles, dizendo que a metáfora, freqüentemente, envolve mais do que a simples transferência de um nome: envolve a transferência de predicados e descrições. Esta postura reflete, novamente, a de Richards (1971), a qual será desenvolvida com mais detalhe neste momento.

Contrariando a Teoria Substitutiva de Aristóteles, Richards (1971) cria a Teoria Predicativa, cuja unidade semântica não é mais a palavra e sim o contexto, a frase ou a proposição. O autor nos aconselha a deixarmos de lado, por um momento, a idéia de que as palavras têm um sentido próprio e que o discurso seria apenas uma composição destes sentidos. Esta idéia é uma superstição, pois a maioria das palavras, quando passam de um contexto para outro, muda seu significado e de diversas formas. Para o autor, esta flutuação do sentido das palavras não apenas ocorre, como também é necessária para que o discurso comum não sofra de rigidez.

Richards (1971) analisa que a estabilidade de uma palavra deriva da constância dos contextos e, assim como estes variam, também existem muitos tipos de estabilidade. Assim, o autor reconhece a flutuação de sentidos das palavras, mas defende que, no contexto, elas perdem a ambigüidade, já

que um dos sentidos possíveis é selecionado. Em sua teoria, a metáfora comporta a interação de dois pensamentos diferentes sustentados por uma só palavra, ou frase, cujo resultado é o significado. Mas em que esta palavra ou frase se baseia para desencadear a interação dos dois pensamentos? É neste momento que falaremos em *tenor*, *vehicle* e *ground*.

O autor coloca que encontramos na metáfora sempre dois componentes: 1) o *vehicle*: modificador do termo; e 2) o *tenor*: a idéia ou assunto principal no qual o *vehicle* atuará. Os dois componentes se relacionam a partir do *ground*, definido como aquilo que é comum aos termos e – ainda que a semelhança não seja clara –, consiste na base da metáfora. Assim, a metáfora é entendida como uma predicação, na qual o predicado é o *vehicle* e o sujeito é o *tenor*, sendo a função do primeiro qualificar, iluminar o segundo. Além disso, a metáfora também consiste em uma comparação, pois se está aproximando coisas diferentes para dizer algo sobre o *tenor*, o sujeito.

Leary (1990) também assume esta postura e, com relação à metáfora e outras figuras de linguagem, acrescenta que, ao incluir a analogia no seu conceito, a metáfora tem sua definição ampliada, tornando-se não apenas *uma* dentre as figuras de linguagem, mas sim, abarcando uma variedade delas.

Em relação à discussão sobre linguagem metafórica e literal, Leary entende a linguagem literal como sendo aquela construída por uma comunidade lingüística. Mais uma vez é enfatizado o caráter de “convenção” em contraposição à idéia, já discutida, das palavras terem um sentido próprio. O autor acrescenta não ser possível fazer uma distinção profunda entre linguagem literal e metafórica, pois acredita que esta transformação se dá em um único contínuo. O autor exemplifica com a expressão “perna da cadeira”: é evidente que este termo “perna” foi originalmente uma metáfora e apenas com o seu uso repetido na língua é que tal termo se transformou, pelo costume, em um termo literal. A este respeito, Richards (1971) coloca que a fronteira entre o uso literal e metafórico não é muito fixa ou constante, pois uma palavra pode ser *simultaneamente* literal e metafórica. Ou seja, se por um lado a palavra pode sustentar diversas metáforas, ela também pode servir para focar em um sentido dentre os vários possíveis.

Nem sempre é fácil reconhecer, se uma palavra está sendo usada em seu sentido literal ou metafórico e Richards (1971) nos aconselha a resolver o impasse, decidindo se ela nos dá duas idéias ou uma. Percebemos o quanto as posições acima enfatizam a inevitabilidade da linguagem metafórica em nosso discurso.

Podemos tratar agora de uma questão importante que Leary (1990) levanta sobre a metáfora e o nascimento da ciência moderna. O autor observa que, no século XVII, a emergência da ciência foi concomitante ao desenvolvimento de teorias antimetafóricas.

Já discutimos sobre a metáfora ser parte da comunicação e da linguagem, no entanto, para uma ciência que busca precisão (epistemologias empiristas, positivistas e neopositivistas), a utilização da metáfora passa a ser condenada e considerada como um desvio, imprópria, visto criar um campo de interpretação não desejável ao discurso científico.

Para garantir uma linguagem objetiva, os pensadores antimetafóricos defendem o princípio da identidade, um princípio regulador que “incentiva” o uso de termos unívocos – termos técnicos como esfera, retângulo, entre outros –, que não dêem margem à ambigüidade. Assim, a linguagem científica é restrita e controlada. Não permite metáfora, flutuação dos sentidos para não haver contradição.

Já podemos imaginar – e antecipar – que termos teóricos mentais como identificação, resistência, sublimação, etc. estarão “na mira” de ciências como a de Bacon e Skinner, por se referirem a entidades e processos não observáveis. Carone (2004, pp. 08) escreve a este respeito:

Os termos mentais passaram por uma inspeção rigorosa desse programa de policiamento da linguagem. ... De modo geral, previa-se a substituição de termos mentais por termos comportamentais. Os termos mentais irreduzíveis foram considerados “metafóricos”, produzindo “não-sensos lógicos” de sentenças nas quais ocorriam. Ou seja, a inverificabilidade do significado das sentenças.

Um dos grandes problemas da posição científica é o esquecimento de que o princípio da identidade é um princípio *postulado*. Como conseqüência, este modelo passa a não se restringir apenas ao âmbito da ciência, mas se extrapola como norma de toda boa linguagem.

O interessante é a contradição apontada por Leary (1990) de que, apesar da crítica à metáfora, estas mesmas teorias estavam carregadas delas e eram extremamente retóricas. O autor exemplifica com Sprat e Hobbes e a utilização de termos como “*cores*” da retórica ou os “*conselhos*” da fantasia. Quanto à retórica, esta era clara na tentativa de convencimento de que a linguagem científica era direta, lógica, exata, formalmente rigorosa, etc.

É em contraposição às normas da linguagem científica que Richards (1971) fala em uma Nova Retórica a qual, em contraposição à antiga, não vê a metáfora como uma falha, mas sim como uma conseqüência inevitável dos poderes da linguagem e como um princípio onipresente da mesma. O autor acrescenta que mesmo na linguagem da ciência é com grande dificuldade que o uso da metáfora é eliminado ou prevenido.

Chegamos agora a um ponto mais próximo do qual pretendemos discutir no segundo tópico. Trata-se da metáfora nas teorias psicológicas. A este respeito, Leary (1990) afirma que conceitos como alma, mente, da tradicional Psicologia mentalista derivam, historicamente, da elaboração de modos metafóricos de compreensão da experiência humana. Citando John Locke, ele exemplifica com os termos como imaginação, apreensão, compreensão, distúrbio, tranqüilidade em que cada um deles originalmente significava estados e processos físicos.

Leary defende que nossos conceitos mentais básicos são metafóricos e que estes não são simplesmente descritivos, mas também transformativos. Ele enfatiza dois pontos sobre a aplicabilidade da metáfora. O primeiro diz respeito ao impacto que a metáfora pode ter, tanto na prática, como no desenvolvimento teórico. O segundo ponto defende que os conceitos metafóricos podem passar por um desenvolvimento progressivo e histórico, alterando suas “*vestes analógicas*” de tempos em tempos. É o caso das noções de “*espírito*” e “*respiração*”, que originalmente tinham um referente físico e, pouco a pouco, tal referente foi deixando de ser.

Começa-se a pensar o papel das metáforas como constitutivas de teorias e auxiliando na compreensão do fenômeno. Por fim, este tópico será encerrado com Freud e as metáforas da psicanálise, as quais têm um interesse especial para este trabalho, visto objetivarmos discutir posteriormente uma metáfora que se encontra neste campo.

Leary (1990) afirma que Freud foi bastante perspicaz ao nos advertir que a teoria psicanalítica, como qualquer outra teoria, é uma “mitologia”, no sentido de serem inevitáveis algumas especulações no interior da mesma. O pai da psicanálise era explícito quanto ao papel das metáforas, dizendo que tais expressões eram “peculiares à Psicologia” e, para melhorar sua teoria, Freud experimentou qualquer metáfora que pudesse avançar seu conhecimento a respeito do psiquismo humano.

Leary (1990, p. 18) escreve que, ao utilizar expressões metafóricas, Freud “*claramente estava seguindo seu próprio conselho de mudar as analogias e comparações sempre que necessário*”. Ou seja, Freud estava ciente da insuficiência que uma única metáfora poderia originar e, freqüentemente, explicitava as especificações e limitações de suas analogias dentro do contexto nas quais as usava.

AS METÁFORAS EM LACAN: O ESTÁDIO DO ESPELHO

Não é preciso conhecer muito da obra de Lacan para observar a intensidade com que as metáforas aparecem no seu discurso. Se Freud reconhecia a metáfora como peculiar à Psicologia, Lacan as iluminava, explicitamente, em alguns de seus principais conceitos: “a metáfora paterna”, “o inconsciente estruturado como linguagem”, a “metáfora do espelho”, “metáfora e metonímia” como formações do inconsciente, além de, constantemente, emprestar conceitos e modelos da Linguística, da Matemática, entre outras ciências, para explicar seu objeto de estudo.

Cabe lembrar que os livros e publicações de Lacan, em sua maioria, são transcrições de palestras e seminários que o mesmo realizava. Havia de fato uma platéia que Lacan procurava ensinar e, porque não, convencer. Em um de seus seminários ocorridos nos anos de 1954-1955, Lacan (1987, p. 30-31) explica:

Há dois públicos, aquele que está aqui, e que tem ao menos uma chance de nortear-se, e o outro, que vem de horizontes bem diferentes, dar uma cheirada no que se passa, que acha isto engraçado, assunto para comentários e conversas na mesa, e que pode, naturalmente, ficar um pouco desnorteadado. Se quiserem nortear-se que sejam mais assíduos. Nunca se desencoraja por demais a curiosidade – não se trata de conferências mundanas. Se eles vêm acreditando que queremos fazer da psicanálise o prolongamento do diálogo platônico, enganam-se. Pois que se informem.

Acreditamos que as metáforas em Lacan assumem não apenas funções estéticas, como também retóricas e cognitivas. Mas antes de nos aprofundarmos nesta questão, cabe acompanharmos o texto “*O estádio do espelho como formador da função do eu: tal como nos é revelada na experiência psicanalítica*”, comunicação feita ao XVI Congresso Internacional de Psicanálise, em Zurique (17 de julho de 1949) e publicada em 1966/1998.

ENTENDENDO O ESTÁDIO DO ESPELHO COMO METÁFORA

“Basta compreender o estádio do espelho como uma identificação, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, é a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem” (Lacan, 1998).

Neste primeiro momento, vamos tentar compreender de que forma Lacan utiliza a metáfora do espelho e, também, explicitar as analogias entre ambos os fenômenos: o óptico e o analítico. Para tanto, cabe inicialmente identificar os elementos presentes na imagem que servem de campo para a articulação do estádio do espelho e, posteriormente, discutir cada um destes elementos.

A imagem que Lacan utiliza parte de experimentos da Psicologia Comparada sobre o bebê (a partir dos seis meses de idade) que, ao olhar para um espelho, dá indícios de se reconhecer na imagem refletida. Podemos tentar dividir didaticamente a imagem nos seguintes elementos: 1) o bebê; 2) o espelho; 3) sua imagem; e 4) o processo de “se reconhecer” nesta imagem.

Começemos, então, pelo primeiro elemento: o bebê ou criança.

Logo no título do texto aqui referenciado há uma nota de rodapé, especificando que o *eu* a ser tratado diz respeito ao *Je*, sujeito do inconsciente. Esta observação faz referência à discriminação que Lacan, em uma fase posterior de sua obra, faz entre o *Moi* – Ego/Eu freudiano, consciente – e um *Je* – sujeito do inconsciente/do desejo. Além disso, no primeiro parágrafo, Lacan avisa que a concepção do estádio do espelho traz esclarecimentos sobre o *eu da experiência psicanalítica* e se opõe a qualquer filosofia diretamente oriunda do *Cogito*. Ou seja, não se trata do eu racional, consciente implicado na frase de Descartes “Penso, logo existo”.

Um trecho da dissertação de Behar (1984, p. 22) pode nos ajudar a compreender:

O que se produz lá, no campo virtual que é o inconsciente, tem efeitos aqui que, na metáfora, é o anterior ao espelho. Mas onde, do ponto de vista da teoria lacaniana é o aqui, antes do espelho, anterior à relação especular? É o real, o não simbolizado, um dos registros da Topologia Lacaniana.

Assim como o bebê, pouco consciente de si, já se reconhece no espelho, Lacan se refere a um *eu* anterior à linguagem, um eu ainda não simbolizado, mas que já está captado em uma imagem. Mas que imagem é esta?

Passemos para a discussão deste elemento – a imagem – na metáfora.

Durante a leitura do texto, podemos reconhecer algumas analogias em relação à imagem óptica e à imagem como formadora do *eu*. Estas analogias – ou se quiserem, o *ground* da metáfora – podem ser sustentados em algumas características inerentes a ambas: o *eu* como imagem, o *eu* como imagem virtual, o *eu* como imagem virtual alienada.

Começemos pelo “*eu* como imagem”.

Na formação do *eu*, há um primeiro momento em que este é tomado como uma imagem – *imagem especular* –, tal como a criança que reconhece sua própria imagem no espelho. Esta imagem

especular do eu é mediadora entre o interno e o externo e fundamental para que o interno seja vivido como próprio. Trata-se de, inicialmente, um *eu* imagem que, em seminários posteriores, será melhor desenvolvido, quando Lacan articula os três registros: real, simbólico e imaginário.

Além disso, Lacan utiliza a metáfora do espelho para elucidar, na analogia entre o fenômeno óptico e o analítico, que ambos são da ordem do “virtual”. Expliquemos melhor este aspecto da metáfora.

O fenômeno de se reconhecer no espelho – este “ato de inteligência” – já pode ser identificado no macaco. No entanto, Lacan (1998, p. 96) observa:

Este ato, com efeito, longe de se esgotar, como no caso do macaco, no controle – uma vez adquirido – da inanidade da imagem, logo repercute, na criança, uma série de gestos em que ela experimenta ludicamente a relação dos movimentos assumidos pela imagem com seu meio refletido, e desse complexo virtual com a realidade que ele reduplica, isto é, com seu próprio corpo e com as pessoas, ou seja, os objetos que estejam em suas imediações.

Ora, neste trecho inicial do texto, Lacan não está mais se restringindo a falar da relação da criança com o espelho óptico, mas dela com a realidade ao seu redor. Ele mistura metáfora e literal para introduzir sua hipótese de que, assim como a imagem no espelho é virtual, também o é a relação que a criança estabelece com seu próprio corpo, com as pessoas e objetos. Este momento da imagem especular é primordial e antecede à dialética da identificação com o outro. A conquista da imagem especular será a origem de onde partirão todas as identificações ulteriores.

Lacan ainda usa a metáfora para falar sobre o “*eu* imagem virtual *alienado*”. O autor escreve que a forma total do corpo, sua *Gestalt*, simboliza tanto a permanência mental do *eu*, como prefigura sua destinação alienante.

Pensemos primeiro no espelho em seu sentido literal. Para que a criança veja sua imagem no espelho e reconheça como sendo dela, é necessário uma operação complexa que consiste em se desdobrar e reconhecer que aquela imagem “é ela” e, ao mesmo tempo, “não é ela”. Assim também acontece na formação do *eu* da psicanálise. Para Lacan, a conquista da imagem do corpo próprio pela criança corresponde a uma imagem que “é dela”, mas que ao mesmo tempo “não é dela”, está alienada. Mas alienada onde? Quem ou o quê seria o espelho e esta imagem na qual o *eu* estaria alienado? Para responder a esta questão, precisamos fazer uma breve distinção entre o outro e o Outro.

O “pequeno outro”, com letra minúscula, refere-se ao outro semelhante, ao próximo que, no início do desenvolvimento da criança, serviria como identificação. Assim, é possível pensar que Lacan explora a metáfora do espelho, alegando que a imagem refletida corresponderia àquela do outro semelhante e que, no caso do *eu* da psicanálise, é através do outro que a criança toma sua imagem corporal numa *Gestalt*.

Lacan (1998) traz dois exemplos de experimentos biológicos no qual se evidenciam os efeitos que uma *Gestalt* é capaz como formadora sobre o organismo. O primeiro fala que a maturação da gônada na pomba tem como condição necessária a visão de um congênere, não importa de qual sexo. Acrescenta que tal condição é tão suficiente que, basta colocar o animal de frente ao espelho,

para que seu efeito seja obtido. O segundo exemplo diz respeito à transição da forma solitária para a forma gregária no gafanhoto, a qual é obtida se o indivíduo for exposto, numa certa etapa, à ação exclusivamente visual de uma imagem similar. Basta que esta imagem seja animada por movimentos de um estilo suficientemente próximo dos que são próprios à sua espécie.

E quanto ao Grande Outro? Bom, é neste momento que falaremos sobre um terceiro elemento da metáfora, qual seja, o espelho.

O grande Outro, em alguns textos lacanianos, é entendido como a linguagem, em outros, como a cultura e ainda como o Simbólico (um dos registros da topologia lacaniana). Para o presente trabalho, basta entender que este Outro é representado na metáfora como o espelho e encarnado na mãe ou seu correspondente (o pequeno outro, imagem).

Lacan entende que esta conquista da imagem do corpo próprio, ou seja, a constituição de um *eu* na criança, depende, não apenas de um desenvolvimento maturacional, mas exige a implicação de um outro, o qual insere a criança no universo da linguagem e da comunicação. É a partir dos cuidados necessitados pelo bebê para sua sobrevivência, que a mãe inscreve marcas e empresta significados para nomear as sensações e comportamentos da criança. Ou seja, o bebê se dirige a este Outro-espelho – encarnado neste outro-semelhante – em busca de uma imagem que o totalize. É o olhar da mãe que antecipa a Gestalt de um corpo unificado no bebê. Portanto, falar em *sujeito* na teoria lacaniana não é gratuito, pois percebemos que se trata de um *eu* assujeitado ao Outro e ao seu desejo. No entanto, este assujeitamento inicial é entendido como fundamental e necessário para que a criança possa vir a se inserir no mundo dos humanos.

Ora, se estamos dizendo que a criança busca uma imagem totalizante, deduz-se que nem sempre foi assim. Para Lacan, neste processo do *eu* se reconhecer em uma imagem, haveria a passagem de uma imagem fragmentada do corpo a uma forma “ortopédica” de sua totalidade. Assim, por questões também neurológicas, de pré-maturação, a criança parte de uma confusão primeira entre si e o outro, da experiência inicial de um corpo disperso e esfacelado, para alcançar a totalidade unificada de seu corpo, e tal apropriação seria fator estruturante para a identidade do sujeito. Se esta passagem se dá pela mediação do espelho, estamos diante da metáfora e, portanto, do espelho-outro/Outro.

Este estádio é fundamental na formação do *eu* e corresponde ao primeiro tempo do Édipo. É com o fim deste estádio, quando a criança se apropria de uma imagem especular, que ela pode ingressar no complexo de Édipo e prosseguir com sua constituição de sujeito. Lacan (1998, p. 101) diz que “*esse momento em que se conclui o estádio do espelho inaugura, pela identificação com a imago do semelhante e pelo drama do ciúme primordial ... a dialética que desde então liga o eu a situações socialmente elaboradas*”.

ANALISANDO A UTILIZAÇÃO DAS METÁFORAS NA TEORIA LACANIANA

Um primeiro comentário sobre o texto discutido acima diz respeito à alternância, não avisada, entre o espelho metafórico e o espelho óptico. Principalmente no seu início, ora Lacan se refere às atividades do bebê diante do espelho, ora explicita a analogia entre este fenômeno e o analítico, o que exige uma exaustiva atenção de nossa parte. Além disso, notamos durante todo seu texto que

Lacan não hesita em empregar metáforas em seu discurso. Podemos exemplificar quando o autor se refere à conquista da forma total do corpo como uma “miragem”, como “o mundo de sua fabricação”, como um “relevo de estatura que a (imagem) congela” em oposição à “turbulência” de movimentos com que a criança experimenta “animá-la”.

Retórica, estética ou função cognitiva da metáfora? Talvez as três juntas, mas é inegável que tal “abuso” de metáforas possa ser questionado, já que certamente o texto deixa de ter a clareza e objetividade que a ciência moderna busca.

O interessante é que as metáforas utilizadas no exemplo fazem referência ao virtual, à ilusão e, tendo em vista a hipótese que Lacan busca discutir – de um *eu* imagem, virtual, alienado no Outro – tais escolhas metafóricas não parecem ser aleatórias. Talvez exista a tentativa de convencer aos ouvintes, apelando à imaginação.

Ora, se estamos falando em metáforas e convencimento, entramos no âmbito de sua função retórica. Behar (1984, p. 15-16) coloca o estádio do espelho neste campo. “*Para a articulação destas questões freudianas da constituição do eu, Lacan se utilizará de uma metáfora – a do espelho plano. Como é de um recurso retórico que Lacan se utilizará, cabe inicialmente lembrar o uso desta figura nesta área do saber*”. A autora prossegue dando uma definição de metáfora semelhante àquela de Aristóteles e a classificando como uma figura retórica.

Lacan também não negava a função retórica de seus argumentos e, entre eles, podemos incluir a metáfora. E para quem questionasse os termos utilizados pelo autor, Lacan (1996, p. 341) respondia:

Não digam que aí escolhi meus termos seja o que for que eu tenha a dizer. Ainda que não seja inútil relembrar aqui que o discurso da ciência, embora recomendando-se a objetividade, a neutralidade, a mediocridade, ou até mesmo o gênero sulpiciano, é tão desonesto, tão negro de intenções quanto qualquer outro discurso retórico.

O que podemos observar no trecho acima, é que Lacan não nega a retórica em seu discurso e, mais ainda, destituiu o discurso científico da neutralidade e objetividade almejada. É interessante que o texto em referência – um apêndice inserido nos Escritos – diz respeito a uma intervenção de Lacan, a propósito da comunicação do Sr. Perelman, sobre a teoria da metáfora como função retórica.

Enfim, a função retórica da metáfora parece estar presente em Lacan, mas podemos nos perguntar se seria apenas isso. De nossa parte, não cremos que assim seja. Ao contrário, a metáfora parece ter outros papéis, muito importantes na teoria do autor.

Se Richards (1971) – como discutido no tópico “Metáforas: definições e funções possíveis” – atribuía à metáfora um lugar onipresente na linguagem e pensamento humano, parece que Lacan transpunha esta idéia para o inconsciente, pois o autor articulava na metáfora uma das duas vertentes fundamentais do jogo do inconsciente. Lacan (1996, p. 341) defendia que “*a mais séria realidade, e mesmo a única séria para o homem; se considerarmos seu papel de suporte da metonímia de seu desejo, não pode ser retida senão na metáfora*”.

E quanto à posição de Freud (1996, citado por Carone, 2004, p.8) sobre o fato de que “o nosso psiquismo só poderia ser descrito por meio de analogia e comparações, embora sujeitas a contínuas mudanças e substituições porque nenhuma delas seria suficiente para dar conta das peculiaridades do seu objeto”?

Parece que Lacan (1996) defendia, como ninguém, que o inconsciente jamais poderia ser reduzido a uma linguagem objetiva e neutra como a da ciência.

Ora, se pensarmos que a metáfora estaria cumprindo a função de explicar, fazer entender fenômenos sem referentes observáveis, estamos no campo da metáfora em sua função cognitiva. Lacan não hesitava ao afirmar que a psicanálise tinha um valor de revolução copernicana e que a relação toda do homem consigo mesmo havia mudado de perspectiva com a descoberta freudiana. O autor rechaçava a idéia de fusionar a Psicanálise na Psicologia geral, pois isto significaria o abandono, a escamoteação, o recalque daquilo que a análise tinha trazido de essencial (Lacan, 1987).

Lacan (1987, p. 23) cita aqueles que formulam o seguinte: “Os conceitos analíticos não têm valor nenhum, não correspondem à realidade” e imediatamente Lacan (1987, p. 23) responde: “Mas esta realidade, como apreendê-la se não a designarmos por intermédio de nosso vocabulário? ... Se a Psicanálise não for os conceitos nos quais ela se formula e se transmite, ela não é a Psicanálise, é outra coisa, mas então é preciso dizê-lo”.

Ou seja, é a idéia do sistema teórico como uma sublinguagem, com universo de discurso próprio, composto de entidades hipotéticas, postuladas, que não existiam antes da teoria as criar. Assim parece ser o discurso psicanalítico para Lacan. Ele não é passível de ser parafraseado, pois seu objeto é o inconsciente inacessível e não o comportamento humano. Lacan (1987, pp. 27) acrescenta:

Seria, contudo, um engano não perceber que, apesar de fundamentada sobre a forma da ciência experimental, a epistemé moderna, tal como no tempo de Sócrates, permanece sendo fundamentalmente uma certa coerência do discurso. Trata-se simplesmente de saber o que esta coerência quer dizer, que tipo de ligação ela comporta.

Quanto à idéia da metáfora estar sujeita a contínuas mudanças e substituições, podemos nos referir à própria metáfora discutida no presente trabalho. Vinte anos mais tarde da conferência “O estádio do espelho como formador da função do eu”, Lacan muda a metáfora utilizada em vista de se adequar melhor às suas formulações. O autor substitui a metáfora do espelho plano pela dos espelhos conjugados – um esférico e o outro plano – que produzem o fenômeno do vaso invertido. Essa passagem foi mediada pelos estudos desenvolvidos por Lacan sobre a formação do símbolo, a passagem da constituição da imagem ao símbolo e a relação do símbolo com a linguagem (Behar, 1984).

Aparentemente, Lacan era um forte “adepto” da idéia de que, por mais que a ciência evoluísse, por mais que procurássemos compreender nós e o mundo, sempre haveria uma parte de inapreensão dos fenômenos e, para falar sobre este aspecto da realidade humana, Lacan parece não ter poupado conceitos.

Em 1953, em uma conferência na Sociedade Francesa de Psicanálise, ele introduz o *Real* como um dos registros do psiquismo humano. Este é descrito como o irrepresentável, aquilo que escapa

ao analista, à linguagem, ao significante. No Seminário 7, *A Ética da Psicanálise*, Lacan (1997) fala em *Das Ding* como o fora-do-significado, o verdadeiro segredo, como o objeto perdido e passível de ser reencontrado apenas como saudade. No Seminário 5, *As Formações do Inconsciente*, articula um novo conceito, *gozo*, entendido como um movimento do inconsciente que resiste ao simbólico, situa-se no Real e está no centro da repetição (Lacan, 1999). No Seminário 4, Lacan (1995) fala do *objeto a* – objeto faltoso, causa do desejo, que origina os objetos substitutos e, no entanto, nunca satisfaz plenamente o desejo. Mais uma vez, o autor fala sobre algo excluído do significante.

Certamente, seria necessário uma compreensão mais profunda da obra de Lacan para examinar este aspecto da teoria, mas impossível negar sua existência. Salientado sempre o “inapreensível”, talvez Lacan buscasse reproduzi-lo em seus próprios textos, seminários e publicações. Lacan (1996, p. 341) chega a afirmar: “*Onde quero chegar, senão a convencê-los de que o que o inconsciente traz a nosso exame, é a lei pela qual a enunciação não se reduzirá nunca ao enunciado de discurso algum?*”. Não é por acaso que Dor (1989, p. 7) se refere à teoria lacaniana como “*uma obra psicanalítica cujo acesso tem a reputação de ser difícil*”.

Fica a questão se esta não era exatamente a intenção de Lacan, qual seja, fazer da forma de seus textos o reflexo do conteúdo de sua teoria e, se assim for, nada melhor do que o uso de metáforas. Ambíguas, imprecisas, sujeitas a interpretações e contradições, elas nunca poderiam ser reduzidas a paráfrases literais, por maior que fossem o número delas e, entre um discurso objetivo – repleto de paráfrases – e outro ambíguo – mas que fornecesse idéias, cuja força seria muito maior por recorrer a metáforas e imagens –, acreditamos que Lacan não hesitaria em optar pelo segundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aristóteles (2005). *Arte poética*. (P. Nassetti, trad.). São Paulo: Martin Claret.
- Behar, H.M.. (1984). *Narcisismo: O imaginário da palavra*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia da USP, São Paulo
- Carone, I. (2004). Metáfora e Psicologia: Uma relação perigosa? *Coleção Cadernos e Estudos e Pesquisas – UNIP*, 10, 1-007/04, 1-34.
- Dor, J. (1989). Introdução. In: J. Dor, *Introdução à leitura de Lacan: O inconsciente estruturado como linguagem*. (C. E. Reis, trad.; pp. 7-10). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1985).
- Lacan, J. (1953). O simbólico, o imaginário e o real - conferência. In: *Cadernos Lacan*, publicação não comercial da Associação Psicanalítica de Porto Alegre.
- Lacan, J. (1987). Saber, verdade, opinião. In: J. Lacan, *Seminário 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise* (M. C. I. Penot, trad., 2ª ed.; pp. 22-40). Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1978).

- Lacan, J. (1995). *Seminário 4: A relação de objeto*. (D. D. Estrada, trad.) Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1956-1957).
- Lacan, J. (1996). Apêndice II: A metáfora do sujeito. In: J. Lacan, *Escritos*. (I. Oseki-Depré, trad.; pp. 337-342). São Paulo: Perspectiva. (Original publicado em 1966).
- Lacan, J. (1997). Das Ding. In: J. Lacan, *Seminário 7: A ética da Psicanálise*. (A. Quinet, trad.; pp. 58-74). Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar. (Original publicado em 1986).
- Lacan, J. (1998). O estádio do espelho como formador da função do eu. In: J. Lacan, *Escritos*. (V. Ribeiro, trad.; pp. 96-103). Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1966).
- Lacan, J. (1999). *Seminário 5: As formações do inconsciente*. (V. Ribeiro, trad.) Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1998).
- Leary, D.E. (1990). Psyche's muse: The role of metaphor in the history of Psychology. In: D. E. Leary (Org.), *Metaphor in the history of Psychology* (pp. 1-78). Cambridge: Cambridge U. Press.
- Nicola, J. & Infante, U. (1991). *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. (5ª ed.). São Paulo: Scipione.
- Richards. I.A. (1971). *The philosophy of rhetorics*. London: Oxford Univerity Press.

Recebido em 01/02/07
Revisto em 17/06/08
Aceito em 22/06/08